

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECÔNOMICO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DIFERENCIADA DE ÁGUAS EMENDADAS

The socioeconomic development in the municipalities of the Differentiated Region of Águas Emendadas in Brazil

Josiane Santos da Silva ^{1*}, Jandir Ferrera de Lima ²

¹ Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Araras, SP, Brasil, agricultura.j.s@gmail.com*

² Economista. Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec à Chicoutimi, UQAC, Canadá. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Toledo, PR, Brasil, jandirbr@yahoo.ca

* Autor de correspondência

Resumo

No final do século XX a Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas sofreu mudanças na sua estrutura produtiva. A expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste trouxe novas dinâmicas socioeconômicas para a Mesorregião, atraindo fluxos migratórios e novas estruturas produtivas importantes para o contexto local. O objetivo desse artigo foi analisar os aspectos do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas. As variáveis observadas foram: a população, o Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Centralidade, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Indicador de Disparidade, no período de 2005 e 2016. Os resultados apontam que o Estado de Goiás concentrou os municípios que mais se desenvolveram economicamente. Catalão (GO) foi o que mais convergiu aos municípios mais dinâmicos, assim como foi o mais atrativo. Quanto ao índice de disparidade do PIB *per capita*, este indicou redução na disparidade entre os municípios, o que significa que os municípios menos desenvolvidos conseguiram melhorar seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico. No contexto geral, no período de análise, a Mesorregião apresentou um bom desempenho, mas a partir de 2015 a economia brasileira entrou em crise e estagnação. Assim, as pesquisas mais recentes poderão indicar mudanças no padrão de desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Centralidade. Economia Regional. Análise Regional. Desenvolvimento Socioeconômico.

Abstract

At the end of the 20th century, the Differentiated Mesoregion of Amended Waters underwent changes in its productive structure. The expansion of the agricultural frontier towards the Midwest brought new socioeconomic dynamics to the Mesoregion, attracting migration flows and new productive structures important to the local context. The aim of this article was to analyze the aspects of socioeconomic development of the municipalities of the Differentiated Region of Águas Emendadas. The variables observed were: population, Gross Domestic Product (GDP), Centrality Index, Firjan Municipal Development Index (IFDM) and Disparity Indicator, in the period 2005 and 2016. The results indicate that the State of Goiás concentrated the municipalities that developed the most economically. Catalão city in Goiás was the one that most converged to the most dynamic municipalities, as well as the most attractive. As for the GDP per capita disparity index, it indicated a reduction in the disparity between municipalities, which means that the least developed municipalities have been able to improve their indicators of socioeconomic development. In the general context, during the analysis period, the Mesoregion performed well, but from 2015 the Brazilian economy went into crisis and stagnation. Thus, the most recent research may indicate changes in the development pattern of the region.

Keywords: Regional development. Centrality. Regional Economy. Regional Analysis. Socioeconomic Development.

©UNIS-MG. All rights reserved.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi implantada em 22 de fevereiro de 2007 com o Decreto Federal nº 6.047. A PNDR resgatou a temática do planejamento territorial, sendo incluso na agenda governamental de forma mais incisiva. Esta foi atualizada por meio do Decreto Federal nº 9.810 de 2019, e, atualmente, é a base legal das ações para a redução das desigualdades econômicas e sociais. A PNDR, em seu Artigo 1º do citado Decreto, indica o principal objetivo da política é a “...redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional[...]” (BRASIL, 2007).

Anterior à PNDR, o Ministério da Integração Nacional (MIN), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), já vinha implementando ações para minimizar as desigualdades regionais brasileiras. Dentre elas, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), que foi criado no início do século XXI. O PROMESO surgiu de um diagnóstico sobre o perfil do desenvolvimento socioeconômico regional brasileiro, apresentou uma nova regionalização baseada no dinamismo e perfil de renda das regiões criando as chamadas “Mesorregiões Diferenciadas” (FERREIRA; MOREIRA, 2007; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2020).

As ações das políticas brasileiras de desenvolvimento regional são essencialmente intersetoriais e atuam como base de outras políticas públicas instrumentalizadas pelos ministérios, que são focados em temas mais específicos. Isso se dá devido à complexidade ocorrida nas ações que geram as políticas de recuperação de regiões economicamente pobres. Nesse sentido, o PROMESO teve sua atuação orientada em reafirmar os potenciais endógenos das Mesorregiões Diferenciadas, dentre elas a Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, localizada entre o Centro-Oeste e o Sudeste brasileiro (BRASIL, 2009; ROCHA NETO; FREIRE BORGES, 2014).

No final do século XX, a Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas sofreu mudanças na sua estrutura produtiva. A expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste trouxe novas dinâmicas socioeconômicas para a Mesorregião, atraindo fluxos migratórios e novas estruturas produtivas importantes para o contexto local. Com isso, a agropecuária se consolidou com seis produtos agrícolas, que são responsáveis por 80% do valor da produção total, a saber: soja, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca. Essa diversidade estimulou o comércio e serviços fortalecendo a rede urbana (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009).

Frente ao exposto, no contexto da dinâmica socioeconômica da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a centralidade e as disparidades do desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem essa Mesorregião.

Essa pesquisa tem importante relevância, pois contribui na avaliação do desenvolvimento dos municípios da Mesorregião de Águas Emendadas e assim evidenciando os pontos de crescimento, estagnação e atraso das aglomerações¹. Por meio dessas informações e por outras complementares, será possível apresentar um diagnóstico sucinto do desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião, passível de orientar propostas de políticas públicas.

Este trabalho está apresentado da seguinte forma: uma introdução sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), posteriormente será apresentada uma revisão de

¹ Esse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla subsidiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio do Edital Universal.

literatura com o intuito de permear o papel do Estado como agente transformador no contexto do desenvolvimento regional, assim como apresentar aspectos da Teoria do Lugar Central. A terceira parte versará sobre os processos metodológicos utilizados no processamento dos dados, assim como em suas interpretações, na quarta serão discutidos os resultados e por fim serão apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estado é o responsável por efetivar políticas públicas, cujo objetivo é contribuir para melhoria das condições socioeconômicas da população. Porém, a tomada de decisão em relação a estas políticas, passa por um contexto de relações político-sociais, que em muitos casos não são consensuais. Nessa perspectiva, há uma fragmentação entre projetos partidários, regionais e setoriais, o que causa justamente a divergência nas políticas públicas (ROCHA NETO; BORGES, 2016).

Ainda, o Estado tem papel de aprimorar e estimular a atratividade da região, buscando desenvolver políticas de fomento à educação, às relações indústria-universidade e na construção de infraestruturas. Por meio das políticas públicas, a especialização do espaço e da relação entre os entes que compõem a região dará o direcionamento para que se alcance o mais completo desenvolvimento econômico (VELASCO, 1996).

Parte do processo de desenvolvimento econômico pode ser visualizado por meio do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), porém, isso não necessariamente indica o desenvolvimento humano e social. O desenvolvimento econômico é um processo mais amplo, que envolve ganhos de produtividade e mudanças nas estruturas sociais, conduzindo à expansão da produção e riqueza, que é medida pelo PIB. Ao gerar mudanças nas estruturas sociais, o processo de desenvolvimento econômico gera também melhorias nos indicadores sociais, como distribuição de renda, condições de vida e condições de trabalho. O desenvolvimento econômico é um processo histórico, que ocorre e se consolida ao longo do tempo, diferente do crescimento econômico que pode ser apenas pontual (FURTADO, 1983).

Em geral, para alguns autores como Perroux (1977) e Myrdal (1965), o crescimento econômico leva ao aumento das desigualdades, com a formação de polos distintos e atratividades distintas entre as aglomerações urbanas. Perroux (1977) reforçou essa ideia ao teorizar o papel dos polos de crescimento, caracterizados como aglomerações urbanas cuja estrutura produtiva atraía as atividades econômicas em detrimento das aglomerações periféricas. Ao longo do tempo, o crescimento econômico se produzia de forma diferenciada, com uma periferia que servia apenas de suporte às atividades motoras concentradas no polo. Myrdal (1965) também reforçava a ideia proposta por Perroux (1977), mas salientava que o crescimento econômico, além de concentrador, também produzia premissas que atraíam e concentravam cada vez mais as atividades produtivas. Para romper o ciclo vicioso da concentração engendrada pelo crescimento econômico, a política pública se fazia necessária.

Dessa forma, o desenvolvimento esperado seria além do aumento da riqueza econômica, mas na perspectiva de melhoria de vida e liberdade individual de características mais equânime e dispersa na região (FRANCO, 2000; SEN, 2010). O desenvolvimento econômico acontece em meio às grandes complexidades, o que estimula a heterogeneidade de suas dinâmicas econômicas e sociais. Essas complexidades engendram mudanças na estrutura social e dependem da forma como cada região se inseriu nas revoluções científicas e promoveu mudanças estruturais que fizeram com que a sociedade evoluísse muito além do crescimento econômico. (FURTADO, 2001).

Por isso, a perspectiva de Myrdal (1965) de se usar a política pública como um instrumento para o desenvolvimento ganha força, ao se perceber que o crescimento econômico por si só não é capaz de gerar melhorias nas condições sociais de forma mais homogênea.

É importante observar que o desenvolvimento econômico busca estimular economias, para que estas passem de um estágio de subdesenvolvimento para um estado de desenvolvimento (MAIA; BADALOTTI, 2019). Contudo, para que seja alcançado o estágio de desenvolvimento uma força deve ser empenhada em direção determinada, com uma visão comprometida em projetos regionais, a fim de alcançar condições para o desenvolvimento almejado (LIMA, 2006; DA SILVA; FERRERA DE LIMA, 2015).

Para alcançar o desenvolvimento econômico também deve-se conhecer as interrelações entre os espaços urbanos e suas áreas de influência. A partir dessa perspectiva surgiu a Teoria do Lugar Central (TCL), de Walter Christaller (1966). A teoria aponta que para que ocorra o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas, é necessário que os serviços oferecidos contribuam para alcançar a condição de lugar central e exercer a maior influência sobre o entorno regional. É a partir das áreas de influência, ou seja, onde os melhores, mais atrativos e mais importantes serviços são oferecidos, que é formado uma hierarquia das aglomerações no espaço regional. Em outras palavras, a centralidade é consequência do poder de atração ou difusão de um determinado elemento, ou centro urbano, ou equipamento polarizador, podendo ser um centro comercial, cultural, financeiro ou administrativo. O lugar central ou polo fortalece sua atratividade pelo seu potencial de mercado, o que lhe posiciona numa hierarquia significativa na organização do espaço regional.

Os polos ou centros terão sua expansão de acordo com a densidade (populacional, nível de renda e número de atividades produtivas). A riqueza produzida no lugar central ou a riqueza de outros lugares que é atraída para o mercado do lugar central, fortalece as atividades urbanas, caracterizadas pelos setores secundário e terciário. Em particular, a expansão do setor terciário indica que há fluxo de renda na aglomeração urbana, com isso se gera emprego e renda. Por isso, o fortalecimento do setor terciário é um forte indicador da polarização de um centro urbano (STRASSBURG; FERRERA DE LIMA; OLIVEIRA, 2014).

A polarização está intrinsecamente ligada à expansão urbana que ocorre com a introdução de uma atividade motora, em geral, a industrialização, e nesse panorama, atraem serviços especializados e pessoas (SINGER, 2002). A densidade populacional e o nível de renda em determinado local são direcionados a partir da influência da atividade motora. A densidade interfere na polarização, pois este movimento ocorre por meio da ampliação da atratividade da aglomeração urbana por meio da criação de empregos, oferta de bens e serviços, e melhor qualidade de vida. Ferrera de Lima (2005) distingue a polarização apontada por Perroux (1977), ao afirmar que a polarização pode ser de crescimento ou de desenvolvimento econômico. A polarização de desenvolvimento econômico é marcada pela ampliação e difusão do processo, desconcentrando as relações produtivas no interior das regiões. De forma inversa, a polarização de crescimento econômico ocorre de forma mais heterogênea, concentrando as relações produtivas.

O comportamento da população é influenciado no processo de desenvolvimento, como mostra trabalho realizado por Stamm, Ferrera de Lima e Dos Santos (2017) que discute a relação indireta entre o movimento pendular (deslocamento diário, casa-trabalho, casa-escola e vice-versa) e a teoria da polarização. Os autores indicam possíveis movimentos de migração como fator de mudança na concentração populacional e aumento da urbanização no polo regional.

Nessa perspectiva, os jovens e mais qualificados migram para os polos mais desenvolvidos. De outro lado, a população mais velha inativa e crianças, assim como os menos qualificados, permanecem nas regiões subdesenvolvidas. Assim, é possível observar que a intensificação do desenvolvimento desequilibrado é resultado de uma maior atratividade de um polo urbano, enquanto outras aglomerações têm menos atratividade e, conseqüentemente, pouco investimento, renda e emprego. Desta forma, cria-se um desnível entre as aglomerações dentro de uma mesma região. Por isso, o crescimento econômico não implica no desenvolvimento econômico automático, mas faz parte desse processo. Ações de política pública são necessários para minimizar os desníveis entre as aglomerações (MYRDAL, 1965).

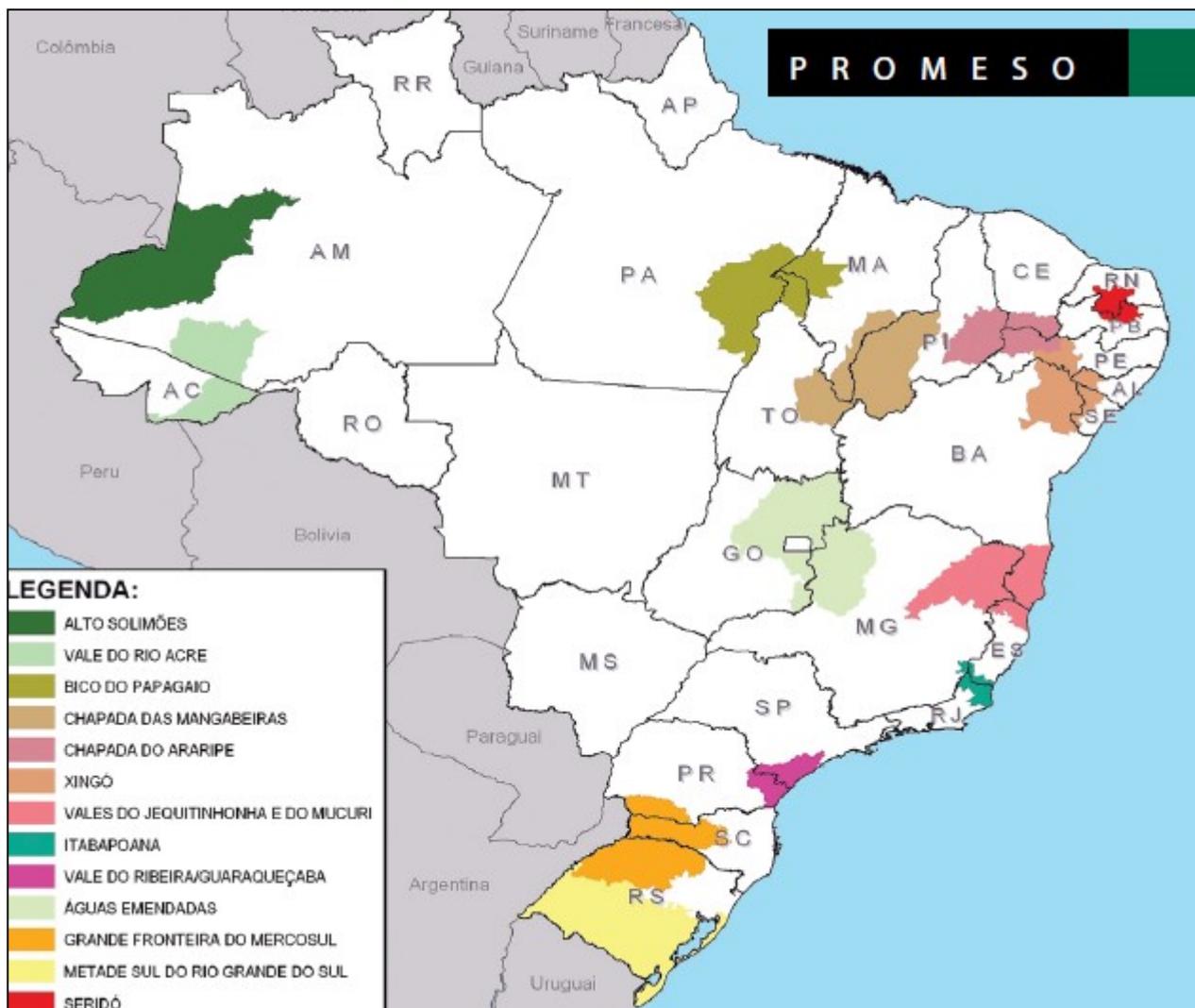
Segundo Myrdal (1965), existe um processo de continuação da desigualdade socioeconômica ou causação cumulativa, que tanto pode ser negativo, quanto positivo. O negativo reflete a continuidade de regiões e municipalidades no seu estágio de subdesenvolvimento, enquanto o positivo reflete um ambiente de expansão e melhoria nos indicadores socioeconômicos. Ou seja, é mais que um processo de concentração de crescimento econômico, mas de reforço das desigualdades sociais. Assim, as análises de Myrdal (1965) e Furtado (1983, 2001) se reforçam ao demonstrar que se o crescimento depende do aumento da produtividade *per capita*, o desenvolvimento econômico e a mitigação do subdesenvolvimento exigem bem mais que isso. No caso, o Estado é o agente que pode causar uma ruptura estrutural para romper a causação cumulativa da pobreza, criando políticas públicas econômicas que venham diminuir as desigualdades do desenvolvimento entre as regiões. Essas ações são conhecidas como efeitos propulsores, nos quais as regiões podem se beneficiar da expansão econômica e assim alcançar um crescimento e desenvolvimento econômico mais difuso no seu interior.

Dessa forma, estudar o desenvolvimento econômico regional envolve análise de fatores de transformações sociais, econômicos, culturais e políticos, todos interligados, sendo estas questões fundamentais para compreender a evolução dos setores de produção de uma região (DALLABRIDA, 2019). Nessa perspectiva, Oliveira (2021, p. 216), mostra que a região é resultado de uma “expressão da realidade social, com sua particularidade histórica, seu pertencimento e sua identidade local”. E ao estudar o caso brasileiro, as complexidades e particularidades das regiões reforçam a necessidade de se observar a dinâmica em escala municipal e territorializada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aqui serão apresentados os procedimentos metodológicos realizados para analisar os dados socioeconômicos dos municípios da Mesorregião de Águas Emendadas e atender ao objetivo proposto.

Conforme Portaria Federal nº 954 de novembro de 2010 do Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional, a Mesorregião de Águas Emendadas situa-se em dois estados: Minas Gerais e Goiás. A Mesorregião é composta por 99 municípios, sendo 23 em Minas Gerais e 76 em Goiás. Contempla uma área de cerca de 191.063,05 km² e uma população estimada de 2.075.649 habitantes (Figura 1). Essa Mesorregião possui características físicas importantes, pois se encontra na área de três bacias hidrográficas: Bacia do Rio Tocantins, Bacia do Rio da Prata e Bacia do Rio São Francisco. É uma região rica em belezas naturais, Parques Naturais e sítios históricos e culturais, a exemplo do Sítio do Patrimônio Histórico e Reserva Cultural Kalunga (BRASIL, 2009).



Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

Figura 1 - Brasil: Mesorregiões Diferenciadas, com destaque para a Mesorregião de Águas Emendadas - 2007.

Os pontos analisados para atender ao objetivo proposto para esse estudo foram: Dinâmica econômica, populacional e Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico municipal, conforme a seguir.

3.1 Dinâmica econômica

Para esta análise foram coletados dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) dos anos de 2005 e 2016. A unidade de análise escolhida foi o Produto Interno Bruto (PIB), série retropolada², conforme metodologia do IBGE. A delimitação do período (anos de 2005 e 2016) se deu pela disponibilidade de dados e por ser um período de forte crescimento econômico da economia brasileira. Além disso, as ações do PROMESO se esgotaram a partir de 2012. Após a coleta e organização dos dados em planilha @excel foi realizado o deflacionamento dos dados. A deflação foi realizada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base no ano 2005.

² O procedimento chamado de retopolação visa ajustar os valores das séries antigas ao novo ano de referência com o objetivo de tornar as séries de valores comparáveis ao longo do tempo (IBGE, 2010).

Para entender a dinâmica econômica de cada município foi utilizado o Produto Interno Bruto (PIB) total dos municípios da Mesorregião, assim como as variações do valor absoluto deflacionado e uma variação média do PIB de cada ano. Nesse contexto, foram utilizados o PIB total e os PIBs desagregados (setor primário, secundário e terciário), conforme classificação do IBGE. Sendo as atividades do setor primário, a agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e mineral, caça, pesca, as atividades do secundário a indústria, e o terciário incluem atividades de vendas de serviços e bens materiais.

De modo global, esses dados contribuíram para se perceber o crescimento econômico dos municípios integrantes da Mesorregião Diferenciadas de Águas Emendadas (Quadro 1). As informações observadas serão expostas e posteriormente analisadas por meio de tabelas.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas na análise do crescimento socioeconômico dos municípios integrantes da Mesorregião Diferenciadas de Águas Emendadas

Construto	Variáveis associadas
Dinâmica Econômica	Produto Interno Bruto (PIB)
Dinâmica Populacional	População, Censo demográfico
Dinâmica do Desenvolvimento Socioeconômico Municipal	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (emprego e renda, saúde e educação)

Fonte: Autores, 2020.

3.2 Dinâmica populacional

A população dos municípios da Mesorregião de Águas Emendadas foi obtida por meio dos dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e do banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), para os anos de 2005 e 2016.

Foram estimadas as taxas médias de crescimento anual da população residente para cada município da Mesorregião entre o período de 2005 e 2016. Também foi estimada a participação da população de cada município em relação à população total da Mesorregião e em relação ao Brasil, assim sendo realizada uma análise intrarregional e inter-regional.

3.3 Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico municipal

Crescimento econômico e populacional não significa desenvolvimento humano ou melhorias automáticas nas condições de vida da população. Por isso, para analisar o perfil do desenvolvimento socioeconômico municipal foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os dados foram coletados do site da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) para os anos de 2005 e 2016. Este índice é calculado baseado nas informações oficiais obtidas pelos Ministérios da Economia, Educação e Saúde (FIRJAN, 2020).

O objetivo do IFDM é analisar o desempenho de cada município, ou, de outra forma, observar o grau de desenvolvimento econômico em determinadas localidades. O grau de análise está baseado nos denominadores numéricos e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, mais baixo será o grau de desenvolvimento socioeconômico do município. E quanto mais próximo de um, maior será seu grau de desenvolvimento socioeconômico. Para isso, o IFDM é estimado a partir de três dimensões: emprego e renda, educação e saúde.

No aspecto emprego e renda foram considerados: geração de emprego formal; taxa de formalização do mercado de trabalho; geração de renda; massa salarial real no mercado formal; índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal (FIRJAN, 2020).

Os índices educação e saúde também foram observados, sendo o primeiro permeado pelos aspectos: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade/série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental. O IFDM saúde está focalizado na atenção básica, guiado nos seguintes aspectos: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica (FIRJAN, 2020).

Além da estatística descritiva, os dados coletados também serviram de base para a estimativa de dois índices: centralidade e disparidade regional.

3.4 Índice de centralidade

Para estimar o Índice de Centralidade (IC), adaptado de Christaller (1966) por Bidarra e Ferrera de Lima (2019) e Oliveira e Ferrera de Lima (2021), foi utilizada a população por município da Mesorregião ponderada pelo PIB urbano (setores secundário e terciário) no período de 2005 e 2016. Desta forma, o Índice de Centralidade mostra a atratividade e concentração da atividade econômica urbana nos municípios da Mesorregião de Águas Emendadas. O IC foi estimado conforme a equação seguinte (1).

Para construir a centralidade na Mesorregião, usou-se a equação 1:

$$IC = (PIB_{urb\ mun} / POP_{mun}) * (PIB_{tot\ mun} / POP_{mes} / Brasil) \quad (1)$$

Em que:

IC = Corresponde ao Índice de Centralidade em relação à população da Mesorregião;

PIB_{urbmun} = PIB urbano (setor secundário e terciário) do município;

PIB_{totmun} = PIB total do município;

POP_{mun} = População do município;

POP_{mes} = População da Mesorregião ou Brasil

O Índice de Centralidade indica a concentração e atratividade do PIB urbano *per capita* nos municípios aqui escolhidos em relação à Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas. A análise é feita na perspectiva de quanto maior o resultado do IC maior é o grau de concentração nas atividades econômicas urbanas do município e o papel do município na economia regional.

A centralidade é observada por meio do crescimento da economia no setor secundário e/ou terciário em relação ao crescimento da população. Além disso, uma maior centralidade demonstra que a hierarquia do município em relação à rede de cidades ao qual ele faz parte é significativa. Por outro lado, níveis baixos do índice demonstram economia pouco atrativa e fortalecida na economia urbana. Ademais, pode estar ligada ao aumento de população sem um crescimento significativo do PIB urbano no período analisado, o que demonstra uma baixa capacidade de agregar produtividade na economia urbana e regional (BIDARRA; FERRERA DE LIMA, 2019).

Para obter-se a categorização do Índice de Centralidade, seguindo as informações observadas nos resultados da equação 1, os coeficientes adquiridos foram organizados em índice baixo (até 1,99), mediano (de 2,00 a 4,99) e considerado alto (acima de 5,00).

3.5 Indicador de disparidade regional

Enquanto o IC apresenta um panorama do papel econômico do município na rede urbana, o Indicador de Disparidade Regional (ID), apresentado originalmente por Houard e Marfouk (2000), analisa a convergência entre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da União Europeia. Os estudos de Trevisan e Ferrera de Lima (2010) e de Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017) apresentaram originalmente esse indicador para estudos sobre os municípios do Brasil. Mais recentemente Oliveira e Ferrera de Lima (2021) apresentaram essas estimativas para municípios específicos da Região Nordeste do Brasil. Para Trevisan e Ferrera de Lima (2010), reforçando as prerrogativas de Furtado (1983), Perroux (1977) e Myrdal (1965), os processos que levam ao desenvolvimento econômico são expressos por mudanças qualitativas e quantitativas modificando as condições inicialmente encontradas em uma região. Neste processo, além da expansão da estrutura produtiva, deve haver também o aumento na qualidade de bens, serviços e melhoria na renda da população. Então, enquanto o IC reflete aspectos do crescimento econômico, o ID reflete aspectos do desenvolvimento socioeconômico.

O Indicador de Disparidade Regional afere a convergência de desenvolvimento socioeconômico dos municípios em relação ao município mais desenvolvido da Mesorregião e da média do Brasil. Essa convergência está caracterizada como a tendência à aproximação do perfil dos municípios, ou outras unidades, como regiões (TREVISAN; FERRERA DE LIMA, 2010). Ainda segundo os autores, para que ocorra a convergência é necessário que os municípios menos desenvolvidos tenham um crescimento ou melhoria nos seus indicadores a taxas mais elevadas que o município com o melhor desempenho.

O Indicador de Disparidade (ID) foi estimado tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento socioeconômico municipal por meio das variáveis PIB *per capita* e IFDM geral, respectivamente, de acordo com a equação 2.

$$ID = (X_i - X_{\min j}) * (X_{\max j} - X_{\min j}) \quad (2)$$

Sendo:

X: é o IFDM geral do município da Mesorregião;

i: município;

j: mesorregião;

X_{min}: é a menor variável observada (do IFDM geral);

X_{max}: é a maior variável observada (do IFDM geral);

Para cálculo do ID inter-regional, utilizou-se a equação 3:

$$ID = (X_i - X_{\min j}) * (X_{\max j} - X_{\min j}) \quad (3)$$

Sendo:

X: é o IFDM geral do município da Mesorregião;

X_{min}: é a menor variável observada do IFDM geral em relação ao Brasil;

X_{max}: é a maior variável observada do IFDM geral em relação ao Brasil;

Quanto maior o ID melhor será a condição do município, indicando convergência do IFDM do município da Mesorregião. Neste contexto, os valores devem convergir para próximo aos municípios mais desenvolvidos. A classificação do ID verificado para cada município será designada conforme proposta de Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017), qual seja: Convergente ao mais dinâmico, para valores superiores a 0,30; tendendo a convergências para valores entre 0,19 e 0,29; e, divergente do mais dinâmico ou estagnado para valores inferiores a 0,18.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à população, em 2016 a Mesorregião de Águas Emendadas possuía 2.866.374 habitantes, com um aumento nominal de 19%, entre os anos de 2005 e 2016. Em 2005, o município de Luziânia (GO) possuía 180.227 habitantes representando o mais populoso.

A participação dos municípios no PIB total (deflacionado) da Mesorregião foi a primeira análise realizada nesta pesquisa. Os dez primeiros municípios foram ranqueados e estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – *Ranking* dos municípios da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, em relação ao PIB total, 2005 e 2016. – Em R\$1.000,00

	PIB Total				
	Municípios/Estado	2005		2016	
		Valor (R\$)	Ranking	Valor (R\$)	Ranking
Mesorregião Diferenciada Águas Emendadas	Catalão (GO)	R\$ 2.683.796,00	1º	R\$5.932.713,46	1º
	Luziânia (GO)	R\$ 1.346.407,00	2º	R\$3.645.328,49	2º
	Paracatu (MG)	R\$ 759.391,00	3º	R\$3.484.985,43	3º
	Unaí (MG)	R\$ 743.651,00	4º	R\$3.297.472,23	4º
	Niquelândia (GO)	R\$ 653.384,00	5º	R\$1.039.508,62	15º
	Minaçu (GO)	R\$ 605.547,00	6º	R\$1.043.425,93	14º
	Cristalina (GO)	R\$ 535.159,00	7º	R\$2.426.375,57	5º
	Goianésia (GO)	R\$ 488.987,00	8º	R\$1.326.789,90	11º
	Flores de Goiás (GO)	R\$ 459.822,00	9º	R\$2.205.808,39	7º
	Valparaíso de Goiás (GO)	R\$ 423.863,00	10º	R\$2.411.533,05	6º

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2020).

No ranking de participação dos municípios no PIB Total em relação à Mesorregião de Águas Emendadas foi possível observar que os quatro primeiros municípios elencados (Catalão – GO, Luziânia - GO, Paracatu – MG, Unaí - MG) não mudaram sua posição em relação à contribuição no PIB Total referente aos anos de 2005 e 2016. Apenas três municípios saíram do *ranking* dos dez mais participativos, sendo eles: Niquelândia (GO), Minaçu (GO) e Goianésia (GO). Ou seja, esses municípios perderam posição, em função de crescimento econômico menos significativo.

Em 2005, a soma do PIB da Mesorregião Diferenciada das Águas Emendadas foi de R\$ 17 Bilhões, enquanto em 2016 o valor se ampliou para R\$ 59 Bilhões. A média do PIB no período de

2005 foi de R\$1.345.001,00, indicando, conforme Tabela 2, que poucos municípios acompanharam esse aumento, ficando a maioria bem abaixo do referido valor.

Tabela 2 - *Ranking* de participação dos municípios no PIB total da Mesorregião de Águas Emendadas – 2005 e 2016

Participação percentual do PIB Total por município					
		2005		2016	
	Municípios/Estado	Valor (%)	Ranking	Valor (%)	Ranking
Mesorregião Águas Emendadas	Catalão (GO)	15,46%	1º	9,98%	1º
	Luziânia (GO)	7,76%	2º	6,13%	2º
	Paracatu (MG)	4,38%	3º	5,86%	3º
	Unaí (MG)	4,29%	4º	5,54%	4º
	Niquelândia (GO)	3,76%	5º	1,75%	9º
	Minaçu (GO)	3,49%	6º	1,75%	10º
	Cristalina (GO)	3,08%	7º	4,08%	5º
	Goianésia (GO)	2,82%	8º	2,23%	8º
	Flores de Goiás (GO)	2,65%	9º	3,71%	7º
	Valparaíso de Goiás (GO)	2,44%	10º	4,05%	6º

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2020).

Em 2016, a média do PIB regional ficou em torno de R\$2.975.785,49 e os municípios, de forma geral, conseguiram acompanhar e, em alguns casos, ultrapassar esses valores. Dessa forma pode ser inferido que houve uma evolução da dinâmica econômica da Mesorregião de Águas Emendadas, com destaque para os municípios de Catalão (GO), Luziânia (GO), Paracatu (MG) e Unaí (MG) que foram os maiores contribuintes para o PIB da Mesorregião. Os dados indicaram uma queda na participação dos municípios no PIB total da Mesorregião no ano de 2016, em relação a 2005.

Observando os dados do PIB dos municípios da Mesorregião, compreendeu-se que a dinâmica econômica está concentrada em dois municípios do estado de Goiás e um de Minas Gerais, sendo: Catalão (GO), Luziânia (GO) e Paracatu (MG). Percebeu-se também que os quatro primeiros colocados no *ranking* dos mais participativos no PIB total permaneceram em suas colocações, ou seja, não houve mudanças na polarização entre os municípios.

O município de Catalão (GO) teve uma participação de 15,46% no PIB municipal regional em 2005, em 2016 essa participação foi de 9,98%, e ainda assim, este município manteve-se como o de maior contribuição nesse quesito. Em Catalão (GO) está o polo automotivo do estado de Goiás. A partir dos dados de PIB e população se estimou o Índice de Centralidade (IC). Os resultados da pesquisa para o Índice de Centralidade (IC) indicaram uma concentração relativa, variando entre baixa (Niquelândia - GO, Campo Alegre de Goiás - GO e Goianésia - GO) e mediana (Cristalina - GO, Unaí - MG, Luziânia - GO, Paracatu - MG). Desta forma, o IC demonstrou que há uma dinâmica de concentração e reconcentração nos municípios, ou seja, uma reestruturação nas atividades secundárias e terciárias. Isso indica que os setores secundário e/ou terciário estão em pleno crescimento, ou seja, possuem uma economia em ascensão devido às taxas de expansão do PIB urbano acima do crescimento da população. Nesta perspectiva, os setores urbanos estão ampliando seu mercado e sua área de influência na economia regional, acompanhando o movimento de crescimento das atividades produtivas.

Dentre os municípios com maior centralidade, o município de Catalão (GO) foi destaque em 2005 (Tabela 3). Este município possui uma economia diversificada, com a presença de empresas multinacionais, comércio diversificado, além de riquezas minerais e o campo da agropecuária bem desenvolvido (INSTITUTO MAURO BORGES, 2020). Planaltina (GO) teve melhor projeção, em 2016, sendo a cidade onde se encontra um importante polo da Universidade de Brasília (UnB), tendo o turismo religioso e a produção de leite, soja, arroz milho e feijão, além de dispor de moinho de calcário e reservas de manganês e ametista como fonte econômica (ANUÁRIO DO DF, 2021).

Já em relação à convergência do crescimento econômico foi possível constatar que grande parte dos municípios classificados entre os dez mais destacados alcançaram um indicador superior a 0,30, nos dois períodos analisados. Desta forma, essas informações indicam uma posição favorável de convergência do PIB *per capita* de um determinado município mais dinâmico da Mesorregião.

Tabela 3 - Ranking do indicador de disparidade do PIB *per capita* dos municípios de destaque da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, anos de 2005 e 2016

INDICADOR DE DISPARIDADE (ID)						
	Municípios/Estado	2005		2016		Ranking
		Valor	Ranking	Municípios/Estado	Valor	
Mesorregião Águas Emendadas	Catalão (GO)	1,00	1º	Planaltina (GO)	1,00	1º
	Ouvidor (GO)	0,81	2º	Ouvidor (GO)	0,58	2º
	Campo Alegre de Goiás (GO)	0,60	3º	Simolândia (GO)	0,46	3º
	Cavalcante (GO)	0,53	4º	Paracatu (MG)	0,37	4º
	Minaçu (GO)	0,44	5º	Itaguari (GO)	0,35	5º
	Niquelândia (GO)	0,44	6º	Sítio D'abadia (GO)	0,35	6º
	Cabeceira Grande (MG)	0,37	7º	Campinaçu (GO)	0,33	7º
	Paracatu (MG)	0,36	8º	Morro Agudo de Goiás (MG)	0,31	8º
	Cristalina (GO)	0,32	9º	Guaraíta (GO)	0,31	9º
	Guaraíta (GO)	0,31	10º	Cristalina (GO)	0,26	10º

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020) e IPEADATA (2020).

Observando o PIB *per capita* dos municípios da Mesorregião de Águas Emendadas é possível indicar que a maioria dos municípios atingiu um indicador de disparidade acima de 0,30, ou seja, estão convergindo ao mais dinâmico, com exceção do município de Cristalina (GO) - 2016, que se encontra na posição de tendendo para convergência. O ano de 2005 apresentou mais municípios convergindo ao mais dinâmico que o ano de 2016. Ou seja, no seu conjunto os municípios apresentaram crescimento econômico significativo na mesma ou maior magnitude que o município mais dinâmico da Mesorregião. Isso tende a diminuir as disparidades de crescimento econômico da Mesorregião.

Se o PIB *per capita* indica o dinamismo econômico, os dados do IFDM apontaram o desenvolvimento socioeconômico na Mesorregião. Em 2005, para os dez municípios de destaque da Mesorregião, o IFDM foi considerado moderado (0,79). Mas em 2016, já houve uma transição para alto estágio de desenvolvimento (0,85). Observando que a média do IFDM total da Mesorregião foi de 0,522 (2005) e 0,648 (2016), isso demonstra a melhoria no desenvolvimento

socioeconômico municipal. Sendo os municípios em ênfase: Catalão (GO) e Ceres (GO), respectivamente nos anos de 2005 e 2016 (Tabela 4).

Tabela 4. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) geral de dez municípios selecionados da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, anos de 2005 e 2016

		IFDM			
		2005		2016	
	Municípios e Estado	IFDM GERAL	Ranking	IFDM GERAL	Ranking
Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas	Catalão (GO)	0,794	1º	0,787	7º
	Campo Alegre de Goiás (GO)	0,767	2º	0,709	32º
	Ceres (GO)	0,752	3º	0,848	1º
	Ouvidor (GO)	0,742	4º	0,817	4º
	Nova América (GO)	0,708	5º	0,820	3º
	Goianésia (GO)	0,699	6º	0,734	21º
	Jaraguá (GO)	0,693	7º	0,721	28º
	Presidente Olegário (MG)	0,689	8º	0,762	12º
	Heitorai (GO)	0,684	9º	0,710	30º
	Carmo do Rio Verde (GO)	0,673	10º	0,700	39º
Média Geral		0,522		0,648	

Fonte: Elaboração própria com base em FIRJAN (2020).

Em relação ao IFDM geral houve mudanças, pois alguns municípios que estavam entre os dez primeiros em 2005 aparecem em posições inferiores em 2016 e a ação inversa também ocorreu. Esse foi o caso do município de Campo Alegre de Goiás (GO), que apresentou a maior queda entre as melhores colocações do IFMD em relação ao ano de 2005, mas caiu de segundo para a trigésima segunda posição em 2016, conforme a Tabela 4. Essa queda pode ser explicada em função da baixa participação das atividades industriais. O Instituto Mauro Borges (2018) confirma uma retração na economia goiana a partir de 2015 na ordem de -3,5%, o que afetou a todos os municípios de Goiás.

Os dados da Tabela 4 mostram que em 2005 o município com o maior IFDM, ou seja, o mais desenvolvido foi Catalão (GO), com indicador 0,794. Em 2016, o município considerado mais desenvolvido foi Ceres (GO), com IFDM 0,848. Em contrapartida, o município de menor IFDM geral foi: Carmo do Rio Verde (GO) – 0,673; 0,700, respectivamente, 2005 e 2016.

Por meio destes dados foi possível observar que houve um aumento na diferença entre o maior e o menor indicador (2005 – 0,121 e, em 2016 – 0,148), essa situação aponta para um aumento das diferenças inter-regionais com relação ao IFDM geral. No mais, tanto o maior quanto o menor IFDM geral evoluíram, o que indica uma melhoria nos aspectos socioeconômicos dos municípios da Mesorregião.

Em uma análise conjunta do PIB *per capita* e IFDM geral, o município de maior convergência no Índice de Disparidade do PIB *per capita* foi Catalão (GO) seguido por Planaltina (GO). Em relação ao ID do IFDM geral, os municípios de maior convergência foram: Catalão (GO) e Ceres (GO), respectivamente 2005 e 2016. Catalão possui uma economia diversificada e possui o

terceiro maior parque industrial do Estado. O município foi responsável por 7% da riqueza de Goiás, fazendo com que seu PIB seja superior aos demais (INSTITUTO MAURO BORGES, 2020). Já em Ceres as atividades que movimentam a economia são a agricultura, a pecuária leiteira e de corte e os serviços de saúde, sendo esta última, a base pela qual a cidade está no *ranking* das cidades com melhor qualidade de vida (SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO-GO).

Em relação à disparidade, quanto maior o valor do seu índice maior é a convergência ou discrepância entre os municípios. Esta diferença pode ocorrer em função de vantagens ou desvantagens entre as regiões, e também pelos resultados dos investimentos em saúde, educação e desenvolvimento econômico feito pelas administrações municipais. Nesse contexto, o Índice de disparidade (ID) do IFDM geral mostrou que os primeiros dez municípios da Mesorregião de Águas Emendadas alcançaram um indicador superior a 0,30 no ano de 2005. Em 2016, foi observada a mesma dinâmica (Tabela 5). Conforme a classificação proposta por Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017), essas informações apontam para um IFDM geral dos municípios analisados convergindo ao IFDM geral do município mais dinâmico da Mesorregião em estudo. Ou seja, o perfil de desenvolvimento socioeconômico dos municípios melhorou, o que diminuiu a disparidade intrarregional.

Tabela 5. Índice de Disparidade do IFDM geral de dez municípios selecionados da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, anos de 2005 e 2016

ÍNDICE DE DISPARIDADE DO IFDM				
	Municípios e Estado	2005		2016
		ÍNDICE DE DISPARIDADE (ID)	Municípios e Estado	ÍNDICE DE DISPARIDADE (ID)
Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas	Catalão (GO)	1,00	Ceres (GO)	1,00
	Campo Alegre de Goiás (GO)	0,94	Cristalina (GO)	0,96
	Ceres (GO)	0,91	Nova América (GO)	0,94
	Ouvidor (GO)	0,89	Ouvidor (GO)	0,94
	Nova América (GO)	0,83	Itaberaí (GO)	0,89
	Goianésia (GO)	0,81	Paracatu (MG)	0,88
	Jaraguá (GO)	0,80	Catalão (GO)	0,88
	Presidente Olegário (MG)	0,79	Guarda-Mor (MG)	0,86
	Heitorai (GO)	0,78	Rialma (GO)	0,84
	Carmo do Rio Verde (GO)	0,76	São Patrício (GO)	0,84

Fonte: Elaboração própria com base em FIRJAN (2020).

Em uma análise inter-regional, ou seja, em comparação aos índices do Brasil, os municípios apresentaram um ID do IFDM geral superior ao brasileiro. Em 2005, o IFDM geral do país foi de São Caetano do Sul (SP) 0,93, enquanto o menor foi do município de Cansanção (BA) 0,21. No ano de 2016, o maior foi de Louveira (SP) 0,90 e o menor foi representado pelo município de Ipixuna (AM) 0,32. Ou seja, em relação ao Brasil a Mesorregião de Águas Emendadas também apresentou bons resultados no campo do desenvolvimento socioeconômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os aspectos do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas, com a intenção de compreender sua dinâmica por meio do PIB, população, Índice de Centralidade, IFDM e Indicador de Disparidade, no período de 2005 e 2016.

As análises foram realizadas em dados secundários de Produto Interno Bruto (PIB), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e população, todos em relação aos anos de 2005 e 2016. Essas informações foram utilizadas na estimativa do Índice de Centralidade e Índice de Disparidade.

De maneira geral, o índice de disparidade demonstrou queda nas diferenças entre PIB *per capita* e o IFDM geral dos municípios de Mesorregião de Águas Emendadas. Quanto ao IFDM geral, os municípios foram considerados como convergentes ao município mais dinâmico, em 2016, que foi Catalão (GO).

Quanto ao Índice de Disparidade do PIB *per capita*, este expôs uma redução da diferença entre maior e menor valor no período de análise, indicando uma redução da disparidade entre os municípios. O estado de Goiás, sempre obteve os indicadores mais significativos. Porém, por meio da política pública e do monitoramento do processo de desenvolvimento socioeconômico, esses indicadores podem ser mantidos e até melhorados. Nesse caso, o monitoramento apontará as variáveis que vêm perdendo dinamismo e a política pública fornecerá subsídios para a recuperação desses indicadores.

No aspecto no Índice de Centralidade o município mais central e atrativo da Mesorregião de Águas Emendadas foi Catalão (GO). Dentre os fatores de atratividade estão a localização de empresas multinacionais, em especial do ramo metalomecânico, comércio diversificado, riquezas minerais e a agropecuária. Considerando que ao longo do tempo a dinâmica de Catalão (GO) poderá ser extremamente polarizadora nas regiões do seu entorno, cabe ao governo estadual criar mecanismos de estímulo às economias periféricas por meio de créditos diferenciados, obras de infraestrutura e políticas de desenvolvimento local para estimular a maior dispersão do crescimento e desenvolvimento econômico.

No contexto geral, no período de análise a Mesorregião apresentou um bom desempenho, mas a partir de 2015 a economia brasileira entrou em crise e estagnação. Assim, as pesquisas mais recentes poderão indicar mudanças no padrão de desenvolvimento da região.

A restrição de dados disponíveis foi uma das limitações desta pesquisa. Por isso esta pesquisa não pôde alcançar uma temporalidade mais recente. É sugerido que futuras explorações abranja também outras variáveis, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores. E que possa ser utilizada outras metodologias estatísticas que incrementem e ampliem as discussões.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que financiou a pesquisa por meio do Edital Universal.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO DF, 2021. Disponível em: <http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-vi-planaltina/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL, Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6047-22-fevereiro-2007-551322-publicacaooriginal-67699-pe.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais**: PROMESO. Brasília, 2009.

CARGNIN, A. P.; RUCKERT, A. A. O planejamento territorial no Brasil: efeitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 19, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8519?lang=pt#ftn9>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall. 1966.

DA SILVA, A. C.; FERRERA DE LIMA, J. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, n. 15, p. 133-149, 2015.

DALLABRIDA, V. R. Redeteg: uma rede de pesquisadores comprometida com o estudo sobre desenvolvimento territorial e governança. **Informe GEPEC**, v. 23, n.1, p. 27-47, jan./jun. 2019.

FERRERA DE LIMA, J. Notes sur les pôles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. **Canadian Journal of Regional Science**, 1(28), 161-171, 2005.

FURTADO, C. O Processo histórico do Desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; REGO, J. **A grande Esperança em Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 253-280, 2001.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

FRANCO, A. **Além da renda**: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento. Brasília: Instituto de Política, 2000.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. In : BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). **Croissance et convergence économiques des régions : théorie, faits et déterminants**. Bruxelles: De Boeck Université, 2000, p. 19-53.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS AVANÇADOS SOCIOECONOMICOS, 2020. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

LIMA, A. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 24, nº 45, p. 65-90, 2006.

MAIA, C. M.; BADALOTTI, R. M. Pressupostos para o desenvolvimento regional: cooperação transfronteiriça, governança e participação social em processos de integração regional. **Informe GEPEC**, v. 23, p. 55-70, 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.

OLIVEIRA, O. F.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento regional diferenciado no Seridó brasileiro. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho – RERUT**, vol. 10, nº 01, p.129-150, 2021.

PERROUX, F. O conceito de pólos de crescimento. In: J. SCWARTZMANN (Org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, p. 38-67, 1977.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. Crescimento econômico regional no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol. 15, nº 2, p. 224-249, 2017.

ROCHA NETO, J. M.; FREIRE BORGES, D. O Problema da Integração de Programas Governamentais de Desenvolvimento Regional: O Caso do Promeso. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 12, n. 27, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2º ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

STRASSBURG, U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. A centralidade e o multiplicador do emprego: um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 2, p. 218-235, 2014.

STAMM, C.; DE LIMA, J. F.; DOS SANTOS, M. S. Polarização e população: apontamentos teóricos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 1, p. 33-41, 2017.

TREVISAN, E.S.; FERRERA DE LIMA, J. Crescimento e Desigualdade Regional no Paraná: Um Estudo das Disparidades de PIB *per capita*. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 09, p. 25-45, 2010.

VELASCO, R. **Los economistas en su laberinto**. Madri: Santillana, S.A. Taurus, 1996.